



# REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo



## Gestão de Contratos

Fiscalizando o dinheiro público  
na Justiça Federal de São Paulo

NESTA EDIÇÃO

**FÓRUM DE GUARULHOS E O AEROPORTO**  
**ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**  
**DESAFIOS DOS FÓRUMS DA GRANDE SP**  
**PDG - MAGISTRADOS**

# Buscando a elevação da qualidade no fornecimento de produtos e serviços

Nesta 6ª edição da JR (Justiça em Revista) a idéia é trazer um pouco da realidade da Administração, já que somos a “atividade-meio”. Trabalhamos para que todos da “área-fim” tenham as ferramentas de trabalho e apoio sem ter que pensar como elas foram parar lá.

O conhecimento das rotinas diárias da Administração é bom para melhor entender, colaborar e participar, buscando a elevação da qualidade no fornecimento de produtos e serviços. Isso vale para tudo: caneta, café, papel, informática, limpeza e segurança. Por isso, trazemos como capa a gestão de contratos com as respectivas aplicações de penalidades.

Verificamos que os gestores dos contratos administrativos estão atuando com cada vez mais zelo e atenção, examinando com cuidado as cláusulas contratuais, os prazos de entrega, a qualidade dos produtos e da própria prestação de serviços. Essa atuação mais diligente está proporcionando um expressivo aumento na apuração das faltas contratuais e nas penalidades aplicadas às empresas contratadas.

Nos anos anteriores a média anual era de 32 faltas contratuais por exercício. Contudo, em 2007 esse número subiu para 78 faltas, que resultaram na aplicação de: 14 advertências, 13 multas moratórias, 60 multas contratuais de 10% do valor da parcela inadimplida, 13 suspensões do direito de licitar por dois anos, 2 declarações de inidoneidade e 5 rescisões contratuais. Em decorrência dessas multas foi retida a quantia de R\$ 1.338.978,94 no ano de **2007**, ao passo que entre os exercícios de 2004 a 2006 foram retidos apenas R\$ 828.407,78.

Outro tema de grande importância é o processamento dos pedidos de assistência judiciária gratuita realizado pelo Núcleo Financeiro e Orçamentário -



NUFO. O dia-a-dia dessa área financeira, responsável por todos os tipos de pagamentos da Justiça Federal, equivale a um serviço 24 horas, ou seja, funciona sempre, inclusive a todo o vapor durante o período do recesso. A responsabilidade e o estresse são uma constante.

Contudo, a Administração vem ofertando diversos cursos e treinamentos, revendo e realizando modificações em sua estrutura e investindo em recursos de informática, a fim de minimizar as condições adversas presentes no ambiente de trabalho, proporcionando, assim, uma melhor qualidade de vida.

Fazendo uma correspondência, para lidar com esses fatores comuns ao trabalho de todos na Justiça, o estresse, trazemos nesta revista um histórico sobre o Programa de Desenvolvimento Gerencial, juntamente com a cobertura do PDG dos magistrados que ocorreu no município de Barra Bonita. Todos nós passamos a maior parte do tempo no local de trabalho e, portanto, é indispensável saber como nos relacionarmos melhor.

Apresentamos, ainda, uma matéria sobre o elo existente entre a Subseção Judiciária de Guarulhos e o Aeroporto de Cumbica: sua importância estratégica, processos mais comuns em andamento e a rotina dos magistrados.

Já estamos no mês de julho, caminhando para o final do ano, e as implementações na área de RH estão crescendo bastante. Finalizaremos 2008 com mais servidores, novos e antigos, e certamente mais capacitados para o enfrentamento dos desafios no trabalho.

**RODRIGO ZACHARIAS**

Juiz Federal Vice-Diretor do Foro

## ÍNDICE

Aconteceu.....	03
Casos Federais: Voando baixo.....	04
Financeiro: Assistência Judiciária Gratuita.....	05
Administração Pública: Fiscalizando o dinheiro público.....	06
Boas Práticas: Desafios e prioridades na administração de subseções da Grande São Paulo.....	08
Recursos Humanos: Magistrados participam do 3º Programa de Desenvolvimento Gerencial.....	10
Entretenimento e Cultura.....	11
Canal Aberto: “Sonhar nunca é demais” .....	11

## EXPEDIENTE

Diretora do Foro: juíza federal Renata Andrade Lotufo. Vices-diretores do foro: juíza federal Raecler Baldresca e juiz federal Rodrigo Zacharias. Diretora da secretaria administrativa: Rosinei Silva. Projeto Gráfico: Helio C. Martins Jr. Seção de Divulgação Social: Christiane Amélia Martins Fonseca, Dorealice de Alcântara e Silva, Elizabeth Branco Pedro, Gerrinson Rodrigues de Andrade, Hélio C. Martins Jr, Ricardo Acedo Nabarro, Viviane Ponstinnicoff, estagiária: Érica Costa. Visite também a versão virtual da revista em <http://imprensa.jfsp.gov.br>.





**Acordo amplia cursos** – A Justiça Federal/SP e a Procuradoria da República/SP assinaram, no dia 9/5, um acordo de cooperação mútua para promover a participação dos servidores em cursos de capacitação e treinamento de ambas as instituições. Além de propiciar o aprimoramento técnico dos cursos e motivar o intercâmbio de experiências e informações, o acordo tem o objetivo de oferecer vagas remanescentes aos servidores que pertencem aos quadros das instituições, com lotação no Estado de São Paulo. Assinaram o documento a juíza federal Renata Andrade Lotufo (Diretora do Foro JF/SP), a procuradora-chefe Adriana Zawada Melo (PRSP) e as servidoras responsáveis pelas áreas de treinamento das instituições.



**III Encontro de Supervisores Administrativos\*** – Em 27/6, no município de São Pedro/SP, foram apresentadas palestras dos núcleos de segurança, administração predial, financeiro e orçamentário, contratos, divulgação, intercaladas com dinâmicas de grupo. Com a presença da diretora da Secretaria Administrativa, Rosinei Silva e, por videoconferência, das juízas federais Renata Andrade Lotufo e Raeler Baldresca, diretora do foro e vice, respectivamente, as quais tiraram dúvidas administrativas das subseções.

**Em defesa do meio ambiente\*** – Com o tema “Sustentabilidade e Criatividade”, a palestrante Fernanda Torres (Planeta Sustentável - Editora Abril) apresentou, no dia 13/6, o “Manual de Etiqueta” com 33 dicas de como enfrentar o aquecimento global e outros desafios da atualidade. Um grupo de servidores da capital assistiu ao evento no “Espaço Convivência”.



**Novos servidores** – Dezessete analistas judiciários, aprovados no concurso de 2007, tomaram posse no dia 4/7 na Diretoria do Foro, capital. Diversos setores de RH deram orientações, além de uma palestra sobre ética e apresentação de um vídeo institucional. A diretora do foro, juíza federal Renata Lotufo, cumprimentou os novos servidores.



**Lançamento de livro** – O juiz federal Fausto Martin De Sanctis lançou, no dia 2/6, o livro “Combate à Lavagem de Dinheiro – Teoria e Prática”. De Sanctis atua na 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, especializada em lavagem de dinheiro. A idéia do livro é provocar um debate nacional sobre o aperfeiçoamento e a concretização do combate efetivo a esse tipo de crime. Na noite de lançamento, na Livraria Cultura do Conjunto Nacional, em São Paulo, estiveram presentes juízes, procuradores, advogados, delegados, investigadores e jornalistas.



**Maturidade e envelhecimento** – Grupos de Reflexão na JF/SP - No dia 13/5 os primeiros Grupos de Reflexão do programa Maturidade e Envelhecimento reuniram-se em São Paulo/capital. Rosa Maria do Prado, psicóloga, coordenou os encontros que são promovidos pela Seção de Perícias e Programas de Prevenção. Os participantes assistiram slides, trocaram lembranças e opiniões reconstituindo sua trajetória de vida. O programa recoloca os idosos como pessoas ativas e necessárias, pois são portadores de valores que a sociedade perdeu.

**\*Assista ao vídeo no espaço multimídia da Revista virtual em: <http://imprensa.jfsp.gov.br> ou pela internet no endereço: [www.jfsp.gov.br](http://www.jfsp.gov.br) no botão: imprensa > videoteca virtual.**



# Voando baixo

Ricardo Acedo Nabarro

Entre uma decolagem e outra, o Aeroporto Internacional de Guarulhos movimenta um turbilhão de pessoas e mercadorias que chegam e saem do país diariamente. A poucos quilômetros dali encontra-se o prédio da Justiça Federal, instalado no centro de Guarulhos (Rua Sete de Setembro, 138), bem ao lado de uma das rodovias mais movimentadas do país, a Dutra. Isso faz do Fórum um lugar peculiar.

É um dos fóruns federais com o maior número de réus presos no país, chegando a quase mil, pela prática de crimes de competência da esfera federal, como tráfico internacional de entorpecentes e uso de documento falso (passaportes e vistos). “Houve um período em que recebíamos média de um comunicado de prisão em flagrante por dia”, conta o juiz federal Alessandro Diaferia, diretor do Fórum.

São vários os litígios que acabam por desaguar na Justiça Federal. Além do tráfico de drogas e uso de documento falso destacam-se, em escala menor, as ocorrências ligadas ao desacato e desobediência; fatos praticados a bordo de aeronaves; e casos envolvendo corrupção ativa e passiva (entre outros crimes funcionais) de servidores públicos que atuaram no Aeroporto.

No âmbito cível, inúmeros mandados de segurança visando à liberação de mercadorias importadas

## ALGUNS CASOS DO FÓRUM DE GUARULHOS

- O libanês Rady Zeaiter foi condenado em primeiro grau a 4 anos e 11 meses de prisão, no dia 29/3/2008, por uso de documento falso em sua chegada ao Brasil. Após ter desembarcado de um voo procedente de Santiago/Chile, o acusado foi preso em flagrante, nas dependências do Aeroporto de Guarulhos, com passaporte em nome de outra pessoa. Zeaiter era procurado pela polícia do Equador por crimes de narcotráfico, falsificação de documentos e organização criminosa.

- Decisão da 1ª Vara Federal de Guarulhos obrigou o argentino Pablo Espósito, ex-participante do programa Big Brother Brasil, a prestar serviços à INFRAERO durante um mês. O rapaz, acompanhado da namorada, quebrou uma porta de vidro e um telefone do Aeroporto quando tentaram invadir o *finger* (ponte que dá acesso à aeronave), após perceberem que perderiam o voo para a Argentina. Os dois foram multados em R\$2.500,00 cada um.

- Em setembro de 2005 foram deflagradas duas operações conjuntas pela Polícia Federal e Ministério Público Federal, denominadas Operação Canaã e Overbox, para apurar esquemas de emigração ilegal, uso de documento falso, contrabando, descaminho e facilitação por parte de agentes federais. Mais de cem pessoas tiveram a prisão temporária decretada, entre policiais federais, auditores da Receita, funcionários de companhias aéreas, despachantes, entre outros.

Inúmeras diligências de busca e apreensão foram realizadas, gerando um total aproximado de 90 ações penais, em trâmite na 4ª Vara Federal de Guarulhos.

também tramitam no Fórum. São questões relacionadas ao regime aduaneiro e tributário das importações, além da atuação funcional dos servidores da Alfândega, como greve de auditores fiscais da Receita Federal, por exemplo.

Vale lembrar que nem todos os processos relacionados ao Aeroporto são de competência da Justiça Federal, mas apenas aqueles que, em síntese, envolvam ou atinjam os interesses da União e suas autarquias, fundações e empresas públicas federais, como Infraero, Caixa Econômica Federal, inspetor da Alfândega, outros servidores da Receita Federal, a própria União, entre outros.

## A proximidade com a Justiça Federal

Instalada no dia 3/12/1999 com três varas, a Justiça Federal de Guarulhos possui hoje um total de seis. Sua proximidade com o Aeroporto Internacional tem grande valor, pois é decisiva para o pronto atendimento nos casos de urgência, sobretudo nas prisões em flagrante.

Outros projetos noticiados pela imprensa, como da construção de um Fórum Estadual, também nas proximidades do Aeroporto, e de um trem expresso ligando toda a região com o centro de São Paulo, renovam as esperanças de um futuro promissor. “Seria um avanço significativo em diversos aspectos, que facilitaria o acesso da população, dos advogados e até de juízes e servidores ao Fórum. Seria a realização de um sonho”, conclui Alessandro Diaferia.

## NÚMEROS DO AEROPORTO

- Inaugurado em 20 de janeiro de 1985, opera há 23 anos;
- Média de 550 pousos e decolagens/dia e 60 mil passageiros/dia;
- 43 empresas aéreas nacionais e internacionais;
- 260 balcões de check-in; dois terminais de embarque/desembarque.
- Órgãos responsáveis pela fiscalização e segurança: Polícia Federal, Militar e Civil, Alfândega da Receita Federal e Infraero



Fórum Federal de Guarulhos

# Assistência Judiciária Gratuita

Elizabeth Branco Pedro

A União assegura aos cidadãos, que comprovarem insuficiência de recursos, a assistência jurídica integral e gratuita, de acordo com o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal. Os benefícios alcançam todos os atos do processo até a decisão final da questão judicial, em todas as instâncias. Os órgãos públicos envolvidos seguem os procedimentos elencados na legislação. O gestor do sistema é o Conselho da Justiça Federal, com gerenciamento dos presidentes dos Tribunais Regionais Federais e diretores do Foro das Seções Judiciárias. A orientação e a defesa jurídica gratuita é de responsabilidade da Defensoria Pública da União.

Em 1999, o CJF cria a primeira resolução referente aos pagamentos de perito (médico, assistente social, engenheiro do trabalho e contador) e tradutor/intérprete. Em 2007, a Res. 558 de 22/5/07, determina o pagamento de honorários de advogados dativos, curadores, peritos, tradutores e intérpretes que prestam serviços para os fóruns e juizados da Justiça Federal e a Res. 541 de 19/5/07, rege sobre pagamentos de advogados dativos e peritos na competência delegada (comarcas estaduais).

A legislação diz que ninguém pode ser condenado sem defesa. Desta forma são necessários recursos públicos para que o cidadão seja assistido gratuitamente.

A AJG, no âmbito federal, se inicia com o defensor público. Na sua ausência, o juiz nomeia um advogado voluntário, ou dativo (representa o réu em todas as suas fases), ou ainda, o *ad hoc* (representa em caráter transitório, exercendo determinada função). Também nomeia curadores, peritos, tradutores e intérpretes.

Apresentamos um panorama financeiro das atividades que abrangem os diversos setores na Seção Judiciária de São Paulo, para que a AJG se processe. Os custos aqui considerados são honorários e encargos (INSS, IR, ISS do município do fórum) de serviços profissionais contratados para esta finalidade.

No mês de março de cada ano é entregue, para o coordenador-geral da Justiça Federal, planilhas com a previsão orçamentária dos gastos anuais do exercício seguinte. Os gastos futuros são calculados através do levantamento de dados do ano anterior. Os honorários dos profissionais são pagos de acordo com a Tabela III do Anexo I da Resolução nº 558/CJF, de 22/05/07.

As varas federais enviam ao Núcleo Financeiro e Orçamentário, NUFO, as planilhas com a lista de profissionais dos processos finalizados. A Seção de Processamentos e Pagamentos de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (SUPG) inicia com a análise da documentação. Verifica se está de acordo com a Res. 558 ou 541, nomeação do perito e arbitramento, caso contrário são devolvidos para os respectivos fóruns de origem. Os



Núcleo Financeiro e Orçamentário

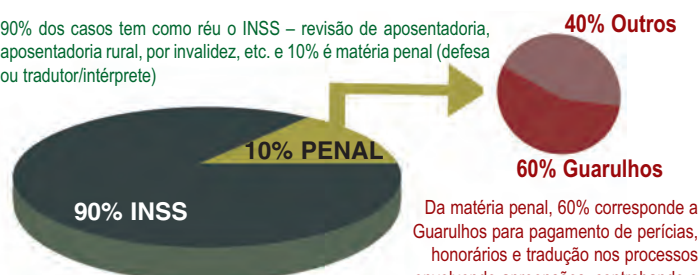
processos autuados formam 35 solicitações cada e são digitalizados no sistema 5INCO e SIAFI, pela Seção de Desenvolvimento de Projetos Orçamentários, SUDO. A Diretoria do Foro autoriza a despesa. Posteriormente é autuado um processo de liquidação, por categoria de profissional, e seguido do pagamento individualizado, incluindo

recolhimento de tributos. A Seção Contábil-Fiscal, SUFA, auxilia na discriminação dos tributos municipais e federais. O pagamento é feito durante o trâmite do processo, em geral logo após a realização do ato ou após o trânsito em julgado. Dependerá do momento em que a vara encaminhar o formulário e documentação para pagamento e, após esse encaminhamento, dependendo do tipo de atuação o tempo médio de processamento e crédito é de 60 a 80 dias. Na perícia médica o tempo é menor. “Os pagamentos seguem a ordem cronológica da data de recebimento” comenta Antonio Pereira, supervisor da SUPG. Em alguns municípios a Justiça Estadual atua com competência delegada, conforme art.109 da Constituição, mas os pagamentos de peritos, advogados, tradutores e intérpretes têm competência federal.

Este serviço de gratuidade atende à população carente de forma positiva e apresenta um crescimento constante. Em 2004 foram 13.581 beneficiados; 2005/15.447; 2006/33.377. Em 2007 foram 83.882 beneficiados, atendidos por 10.704 profissionais. Até maio/2008 foram beneficiados 39.851 pessoas atendidos por 4.558 profissionais.

Os valores dispendidos pela Justiça Federal de São Paulo são projetados de acordo com a evolução anual. Em 2004, os gastos foram de R\$2.598.759,32. Em 2007 atingiram R\$11.759.731,77. Em 2008, até maio, R\$7.150.136,44 e, no mês de junho atingiram, R\$1.760.760,13 para pagamento de honorários de processos em trâmite na JF/SP e R\$82.000,00 para competência delegada (processos em trâmite na Justiça Estadual). “A demanda de pessoas carentes/profissionais de 2004 até o primeiro semestre de 2008 cresceu, aproximadamente, 300%”, confirma Marli Lopes da Mota, da SUPG.

90% dos casos tem como réu o INSS – revisão de aposentadoria, aposentadoria rural, por invalidez, etc. e 10% é matéria penal (defesa ou tradutor/intérprete)



Da matéria penal, 60% corresponde a Guarulhos para pagamento de perícias, honorários e tradução nos processos envolvendo apreensões, contrabando e prisão de estrangeiro, dentre outros e 40% a processos que envolvam matérias criminais das demais subseções.

Contribuíram com a matéria: Antonio Pereira (supervisor), Marli Lopes da Mota, Maurício Ludovik, Rúbia Silva Forte, Dácio Penna Cesar Dias, Marcos Kairalla e os estagiários Tiago Venâncio e Priscila da Silva Rego.



# Fiscalizando o dinheiro público

Dorealice de Alcântara e Silva

Atualmente são 208 contratos ativos somente no Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços (NUAP) e alguns movimentam valores significativos como os 16 contratos da área de telecomunicações, responsável por um custo anual da ordem de R\$ 2,5 milhões. Outros representam custo de R\$158 mil/ano, como o de aquisição de água mineral. Contratos de grandes ou de pequenos valores, todos tratam de dinheiro público e esta é uma das responsabilidades do NUAP da Seção Judiciária de São Paulo: fiscalizar o cumprimento dos contratos sob sua responsabilidade e propor aplicação de penalidades quando necessário.

O uso do dinheiro público implica em rigorosa fiscalização no cumprimento dos contratos e este é um dos focos principais da atuação do NUAP que realiza o acompanhamento minucioso da execução contratual, juntamente com as diretorias/supervisões administrativas de cada prédio atendido pelos serviços. A diretoria do núcleo ressalta que esse trabalho garante o cumprimento dos contratos de prestação de serviços e de fornecimento de materiais. Destaca, ainda, que a fiscalização está gerando economia de custos para o Órgão.

Analisando os contratos de fornecimento de energia elétrica, a Seção de Controle e Acompanhamento

de Locações e Manutenção de Imóveis desenvolveu estudos que indicam, mediante a adequação da demanda e alteração da modalidade tarifária, uma economia prevista da ordem de R\$220 mil a R\$626 mil/ano nos contratos de energia elétrica. O faturamento tem relação com o principal dever dos gestores dos contratos da JF: FISCALIZAR se o fornecimento dos serviços está de acordo com o objeto licitado.

Com a concessionária de serviços de telecomunicações Telesp foi assim, conta Tadeu R. de Godoy, supervisor da Seção de Telecomunicações (SUTA): “Como ela era praticamente a única concessionária no Brasil desses serviços na época, acabou firmando contrato com a JF para 500 linhas diretas e 31 links DDR’s, que correspondem aproximadamente 3.100 ramais. O serviço vinha a contento, mas os valores cobrados eram sempre acima do contratado. O contrato previa tarifa de R\$0,19/minuto para ligações DDD dentro do Estado e a TELESP cobrava R\$0,20/minuto”. A empresa alegava que seu sistema não permitia registro de tarifa diferenciada, por isso ela cobrava o valor do mercado. A JF não podia ficar sem telefones, então decidiu suspender os pagamentos – por quase dois anos, e a empresa não pôde cortar o fornecimento porque descumpria o pactuado. Foi aberto um processo contra a TELESP. Depois de vários trâmites e recursos, ela foi penalizada em cerca de R\$560 mil e

O NUAP, Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços, subordinado à Subsecretaria de Serviços Gerais, da Seção Judiciária de São Paulo, é constituído pelas seguintes seções: Contratos Continuados (SUCC); Contratos Ordinários (SUCCS); Telecomunicações (SUTA), Apoio às Instalações Prediais (SUAI), e Controle e Acompanhamento de Locações e Manutenção de Imóveis (SUIM). A diversidade de objetos sob sua responsabilidade é grande. Entre eles, limpeza, suporte operacional, telefonia, manutenção predial, locações, energia elétrica, água e esgoto, água mineral, carimbos, dedetização, manutenção de máquinas e equipamentos, fornecimento de refeições, hospedagem, serviços de estenotipia para o Tribunal do Júri, entre outros. A gestão destes serviços tem reflexos imediatos em toda a esfera administrativa e judiciária desta Justiça Federal. Se um serviço não está sendo prestado a contento, o NUAP pede aos administradores dos fóruns, juizados e setores administrativos que consultem o devido contrato. Em caso de descumprimento, avisem o Núcleo.



Embora a fiscalização seja um serviço essencial, ela é apenas parte da responsabilidade do Núcleo. Acompanhe o fluxo ao lado e veja mais detalhes no quadro da página 6.

reajustou todos os atrasados de acordo com a tarifa do contrato. A partir daí, a TELESP criou um sistema que permite identificar o faturamento por ramal individual para as contas da JF, o qual, segundo ela, estenderá a todos os seus clientes.

Dos maiores aos menores valores despendidos para aquisição de bens específicos (carpetes, divisórias...) ou de serviços, todos os contratos da JF são fiscalizados. Caso haja descumprimento contratual, caberá a cada Seção competente fazer o levantamento das questões e submetê-las à Diretoria do Núcleo que, por sua vez, levá-las-á ao conhecimento da Diretoria Administrativa para conseqüente ciência à Diretoria do Foro, a quem caberá, em último caso, deliberar a respeito. Antes, porém, que as questões cheguem à deliberação superior, são empreendidos todos os esforços possíveis junto às empresas contratadas, visando à solução de toda e qualquer pendência que signifique prejuízo aos serviços.

Na atuação da Seção de Contratos Continuados (SUCC) quanto às empresas contratadas para a prestação de serviços de limpeza dos prédios ocupados pela Justiça Federal, ressalte-se que algumas sofreram penalizações com posterior rescisão contratual em razão do não fornecimento de materiais e descumprimento de obrigações trabalhistas.

Além disso, a SUCS constatou que a Empresa tinha em seu quadro funcional, um menor, o que é proibido por lei, tendo declarado quando da licitação, que não empregava menor, nem na condição de aprendiz. Portanto, muitas vezes, a fiscalização vai além das cláusulas contratuais e exige permanente acompanhamento dos atos da empresa.

As penalidades podem variar de advertência a multa até rescisão unilateral com suspensão de participar de licitações com a JF por dois anos, conforme prevê a Lei n.º 8.666/93. No caso de descumprimento do contrato, a empresa tem até 15 dias para regularizar a pendência, caso isso não ocorra, é aberto um processo de apuração do descumprimento contratual; de acordo com a gravidade da irregularidade, será aplicada a penalidade.

Este texto teve a colaboração dos servidores do Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços (NUAP).



Seguindo com os temas específicos de administração judiciária, abordamos agora as subseções da Grande São Paulo. Os magistrados federais Alessandro Diaferia, diretor da 19ª Subseção Judiciária de Guarulhos e Fernando Henrique Corrêa Custódio, diretor da 14ª Subseção Judiciária de São Bernardo do Campo, contam como administram suas subseções com as peculiaridades da região.

## Desafios e prioridades na administração de Subseções da Grande São Paulo



### GUARULHOS

**Alessandro Diaferia**

**Juiz Federal - 4ª Vara Federal**

**Diretor da 19ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo**

Guarulhos foi fundado em 8.12.1560, como aldeamento dos índios Guarus da tribo dos Guaianases, da nação Tupi. Hoje é uma das cidades onde mais se gera emprego em São Paulo; o 7º maior PIB entre os 5565 municípios brasileiros (IBGE); a 2ª cidade mais populosa do estado; exporta cerca de US\$1,3bilhão; e o montante da sua economia (R\$14bilhões) equivale ao de países como Bolívia e Paraguai.

Cumbica, bairro de Guarulhos, sedia um dos maiores aeroportos da América Latina, o Aeroporto Internacional “André Franco Montoro”, tanto em volume de pessoas, quanto em volume de cargas, gerando, sem dúvida, uma infinidade de controvérsias e questões que demandam a ação do Poder Judiciário, em processos judiciais cíveis e criminais.

Com números realmente impressionantes em termos de população e economia, naturalmente que o Poder Judiciário seria convocado a se fazer presente.

A Justiça Federal chegou a Guarulhos em 1999, com a implantação da 19ª Subseção Judiciária, sendo instaladas 3 Varas Federais, uma delas (3ª Vara) especializada em execução fiscal e as demais (1ª e 2ª Vara) de competência plena. A partir de 2005 foram implantadas a 4ª, a 5ª e a 6ª Vara Federal, todas com competência plena, excetuadas as execuções fiscais.

Atualmente, a Justiça Federal em Guarulhos abrange o município sede e também: ARUJÁ, BIRITIBA MIRIM, FERRAZ DE VASCONCELOS, GUARAREMA, ITAQUAQUECETUBA, MAIRIPORÃ, MOGI DAS CRUZES, POÁ, SALESÓPOLIS, SANTA ISABEL e SUZANO. Operando em ótimas instalações físicas, no Centro, cada Vara tem o quadro de lotação ideal de 14 servidores, não totalmente provido. A Central de Mandados e a Supervisão de Apoio Regional (SUAP) possuem quadro ideal de 15 e 11 servidores respectivamente.

No tocante à demanda jurisdicional, podemos dizer que a Justiça Federal em Guarulhos tem um

perfil de atuação muito variado, dinâmico e interessante, com grande concentração de processos criminais, previdenciários e tributários.

Um dos dados mais significativos é o expressivo número de réus presos (próximo de 1000) entre as 5 Varas com competência criminal. Há uma incidência rotineira de tráfico internacional de entorpecentes e uso de documento falso (passaportes, vistos consulares, etc); houve meses seguidos em que se recebia em média 1 comunicado de prisão em flagrante por dia, ou seja, todo dia alguém era preso no Aeroporto; em menor escala, há ocorrências de desacato, desobediência, além de casos envolvendo corrupção ativa e passiva (e outros crimes funcionais) de servidores públicos no Aeroporto, alguns dos quais geraram operações da Polícia Federal com grande repercussão na mídia. No âmbito cível, podemos citar grande número de ações previdenciárias e assistenciais em geral; ações relativas ao regime aduaneiro e tributário das importações/exportações e também a atuação funcional da Alfândega (ex. greve dos auditores da Receita Federal do Brasil); reintegrações de posse pela INFRAERO para recuperar áreas do Aeroporto e saguão, com utilização concedida a particulares; ações civis públicas e de improbidade administrativa, entre outros.

Questão de importância decisiva para o futuro da Justiça Federal de Guarulhos será obter uma sede próxima ao Aeroporto Internacional, possibilitando a mais rápida atuação jurisdicional em casos de urgência e a futura instalação de um Juizado Especial Federal. Além disso, o acesso da população e advogados seria em muito facilitado, tendo em conta notícias locais de que a Justiça Estadual de Guarulhos terá sua sede construída em área próxima ao Aeroporto. Além disso, cabe mencionar perspectivas, também noticiadas na imprensa escrita, de futura conexão do Cumbica/Congonhas, além do trem metropolitano interligado ao metrô, além do chamado *trem-bala* que deverá ligar São Paulo ao Rio de Janeiro e ao que consta teria uma parada em Cumbica. Com isso, a localização da Justiça Federal próxima ao Aeroporto Internacional seria um avanço significativo em diversos aspectos, situando-se praticamente nos portões de entrada e saída do Brasil e mostrando a presença ostensiva da Justiça Federal.



Atualmente, ainda há muito a expandir e evoluir, mas não podemos deixar de registrar os ingentes esforços e estímulos da Presidência do TRF, da Corregedoria-Geral e também da Diretoria do Foro, ao longo dos últimos anos, desde a mudança da sede até a ampliação do número de Varas e do quadro de servidores. O perfil da Justiça Federal de Guarulhos evoluiu notória e significativamente em relação à época da instalação e está se transformando, dia a dia, num excelente local de trabalho, por trazer grande satisfação na realização do direito e na entrega da prestação jurisdicional de forma rápida e justa; o reconhecimento por parte da população, advogados e demais instituições, será uma questão de tempo e virá com certeza, trazendo plena legitimação à atuação do Poder Judiciário.



**SÃO BERNARDO DO CAMPO**  
**Fernando Henrique Correa Custódio**  
**Juiz Federal - 2ª Vara Federal**  
**Diretor da 14ª Subseção Judiciária**  
**do Estado de São Paulo**

A história da Subseção Judiciária de São Bernardo do Campo, notadamente de sua sede, começou a mudar substancialmente em finais de 2007, quando ocorreu a aquisição de um novo prédio, novo e moderno, adquirido em razão dos esforços conjuntos empreendidos pelos juízes então lotados na Subseção em conjunto com a Presidência do Egrégio Tribunal Federal da 3ª Região, notadamente da Dra. Ana Lúcia Iucker Meirelles de Oliveira, por muitos anos Diretora da Subseção, com uma atuação sempre pró-ativa, séria e presente, merecedora dos maiores encômios. Tal mudança se fez sentir de maneira amplamente positiva em todos os servidores da Subseção, o que presenciei pessoalmente em minha chegada, no início deste ano. Embora se trate de um prédio maior, mais novo e melhor se comparado com o anterior, isso não significa que não existam problemas a ser solucionados, mas, ao contrário, ainda pendem de soluções algumas questões graves, tais como: i) infiltrações graves; ii) ausência de espaço físico necessário para a instalação de um auditório; iii) urgente necessidade de ampliação do arquivo, o que também demanda a existência de espaço físico condizente; iv) falta de servidores em número adequado no setor administrativo, a fim atender de forma satisfatória e contida as demandas diárias; v) preocupantes índices de criminalidade na região do Fórum. Ademais, percebe-se ainda uma grande centralização administrativa a assolar a Justiça Federal da

Terceira Região, tendo-se como exemplo prático e preocupante a da irrisória verba mensal existente para a solução de pequenos problemas, absolutamente insuficiente para fazer frente às necessidades decorrentes das pequenas vicissitudes do dia-a-dia. Tal engessamento demanda a busca por soluções “caseiras”, seja via contato junto à Caixa Econômica Federal, seja por meio da realização de reuniões e/ou consultas junto aos prestadores de serviço e/ou fornecedores de produtos, bem como com autoridades estaduais, federais e municipais, tudo com o escopo de buscar uma solução conciliada e rápida para os pequenos problemas do cotidiano, respeitando-se os primados maiores da Administração Pública e com o escopo final de proporcionar um bom atendimento aos jurisdicionados que nos procuram, sempre em grande quantidade. Nesse diapasão, devo agradecer o apoio sempre recebido da Diretoria do Foro na busca da solução dos problemas enfrentados, bem como o empenho do Supervisor Administrativo Oscar Paulino dos Anjos, que nesta função atua diariamente com os problemas da Subseção. Aliás, as reuniões constantes travadas entre o Diretor da Subseção e o Supervisor Administrativo se afiguram extremamente importantes para o bom andamento das questões administrativas, o que é priorizado na Justiça Federal de São Bernardo do Campo.

Este espaço é reservado para os magistrados da Justiça Federal de São Paulo divulgarem suas opiniões e debaterem acerca de desafios na administração de Varas e Fóruns. Interessados em participar devem encaminhar seu texto ou sugestão de pauta para o endereço: [jf-imprensa@jfisp.gov.br](mailto:jf-imprensa@jfisp.gov.br).

## SÃO BERNARDO DO CAMPO



## GUARULHOS



# Magistrados participam do 3º Programa de Desenvolvimento Gerencial

Viviane Ponstinnicoff



## Meta é investir na melhoria das relações inter-pessoais

### A Administração da Justiça

Federal de 1º Grau em São Paulo promoveu, nos dias 21 e 22/6, na cidade de Igarapu do Tietê/SP, o “3º Programa de Desenvolvimento Gerencial” voltado para os magistrados federais de São Paulo.

O evento contou com 18 participantes e teve como foco principal a criação de oportunidades para análise de posturas adotadas por lideranças de alta performance (os juízes), troca de experiências e rumos na gestão de pessoas na JF/SP. O “PDG”, como é conhecido, é organizado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (SUDE), e faz parte das diretrizes da política de desenvolvimento de recursos humanos adotada pela Administração da JF/SP.

O palestrante do 3º curso foi Luciano Lannes, sócio-diretor da Lannes Consulting, empresa de consultoria que fornece os cursos para a JF, e Editor da “Revista Jogos Cooperativos”. Com o tema “Liderando Pessoas no Ambiente Jurídico”, Lannes falou aos juízes sobre melhoria das relações inter-pessoais do líder e do liderado; aproveitamento das potencialidades individuais de cada liderado; redução de conflitos internos e desgastes; concentração de esforços na consecução de objetivos estratégicos; exercício de potencialidades individuais na identificação de oportunidades e superação de limites; comprometimento com as ações, entre outros.

Para Lannes, o PDG para os magistrados, com enfoque na liderança, é fundamental. “Um líder precisa entender, sobretudo, de pessoas e como as pessoas se comportam quando estão juntas. Ele tem que construir uma organização onde as pessoas são efetivamente o maior bem desta organização. Um bom líder tem as pessoas como seu maior patrimônio”.

Lannes explica que desde muito tempo atrás, os sistemas de liderança existentes são centralizadores, especialmente nos setores públicos. “O sistema piramidal das empresas prioriza a hierarquia e a centralização. Nele, as pessoas têm que obedecer a um nível acima. Mas acredito que a mentalidade está mudando e alguns setores públicos estão começando a desenvolver o sistema matricial de organização, no qual as pessoas se relacionam através de projetos, não de cargos”.

Para ele, o setor público já mudou muito em termos de postura, produtividade e atendimento. “É uma mudança que está acontecendo efetivamente, pois se o setor público continuar muito rígido, ele perde a agilidade e a sociedade vai cobrar. Acima de qualquer cargo tem uma missão. Esse vínculo com a missão é muito importante”.

A juíza federal Renata Andrade Lotufo, diretora do Foro da JF/SP, conta que o PDG é um curso que exige continuidade, pois ele lida com as relações inter-pessoais no trabalho. “O juiz tem que se relacionar com os servidores da vara, com os outros magistrados, com o Tribunal, com os advogados, com o público em geral. Aprendemos no PDG que precisamos repensar nossas atitudes. E quando fazemos isso não podemos parar. É um processo contínuo”.

Para Renata, os juízes têm uma atividade muito centrada e muito solitária. “O concurso para juiz é baseado em critérios técnicos. Mas na hora que nos deparamos com o trabalho, não é só isso que basta; somos colocados à prova a todo momento. Nessa hora é importante estarmos centrados, sabermos ouvir e falar com firmeza, ou seja, sermos bons líderes”.

O PDG para magistrados teve início no ano de 2003. A partir daí, aconteceram mais oito encontros, totalizando 139 participações de juízes. O evento de Igarapu do Tietê marcou o segundo grupo de magistrados participantes do ano. O primeiro foi na cidade de São Pedro/SP. Estão previstos mais três encontros para este ano.

**Assista ao vídeo do PDG de magistrados no espaço multimídia da Revista virtual em:**  
<http://imprensa.jfsp.gov.br> ou pela internet no endereço:  
[www.jfsp.gov.br](http://www.jfsp.gov.br) no botão: **imprensa > videoteca virtual.**





**Mulheres do Brasil**  
**Drama – 2006 – Malu de Martino**

O Filme conta a história de cinco mulheres brasileiras que vivem em diferentes cidades do Brasil. De Maceió a Curitiba, passando a Bom Jesus da Lapa na Bahia e grandes metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo, o longa constrói um painel com leituras da alma feminina através de histórias ora divertidas, delicadas, debochadas e cruéis. São personagens de diferentes culturas e classes sociais vivendo momentos especiais em suas trajetórias.



**Do Luto à Luta**  
**Documentário – 2005**  
**Evaldo Mocarvel**

Do Luto à Luta é um filme que focaliza as deficiências, mas também as potencialidades, da Síndrome de Down, problema genético que atinge cerca de 8 mil bebês a cada ano no Brasil. No filme a doença é retratada deixando de lado os preconceitos e estigmas sociais.



**Combate à Lavagem de Dinheiro Ed. 2008 – Millenium**  
**Fausto Martin de Sanctis**

A obra do juiz federal da 6ª Vara de São Paulo, Fausto Martin de Sanctis, evidencia o crime de lavagem de dinheiro como instituto novo, penal e processual penal em contraponto com situações fáticas geradas no mundo globalizado. Propõe aperfeiçoamentos na legislação e integração dos órgãos como Polícia Federal, Banco Central, Ministério Público Federal, Tribunais Regionais Federais, visando melhorar a eficácia nas ações de prevenção e repressão, para dar celeridade aos processos.



**Processo Tributário**  
**Ed. 2007 – Atlas**  
**Hugo de Brito Machado Segundo**

O Livro de Hugo de Brito Machado está organizado em quatro capítulos. O Capítulo 1 cuida de noções fundamentais, constrói a base necessária para a adequada compreensão dos temas seguintes. O Capítulo 2 estuda os princípios jurídicos do processo tributário, além de oferecer elementos para as teses que estão expostas no Capítulo 3 (processo administrativo tributário). O Capítulo 4 é dedicado ao estudo do processo judicial tributário.

A Diretoria do Foro agradece a todos que doaram seus livros para a Bibliolazer: Renata Andrade Lotufo, Raecler Baldresca, Lesley Gasparini, Márcia Hoffmann do Amaral e Silva e àqueles que fizeram doações anônimas.

**Sonhar nunca é demais**

Demétrio Palma Faccini - SUAP Guaratinguetá

Quando fui relatado em Guaratinguetá, percebi que havia chegado o momento de retomar os estudos, depois de 13 anos longe da escola. Vencido o vestibular, iniciei o curso de Direito na UNISAL Lorena. Acreditava que era linda, mas devido a quantidade de matéria que te fazem ler, logo comecei a adentrar as madrugadas para dar conta. Tarefa, aliás, um tanto ingrata para quem trabalha o dia todo e quando chega em casa tem duas crianças e esposa esperando por sua atenção... ossos do ofício. Entre um trabalho e outro, o ano acabou. Segundo ano aí vou eu! Média sete não é fácil, afinal qualquer bobeadas é dependência na certa. Como se estudar não fosse preocupação suficiente, fui dispensado da FC... Só me adaptar com o novo orçamento já me consumiu a atenção do ano inteiro.

Você ainda não tem noção do que é o Direito até adentrar no terceiro ano e perceber que aquelas horas de estudo noturnas não são sufucientes, então é necessário ser seletivo e estudar somente o que tem maior relevância. Acordar às quatro da manhã para estudar já é rotina. Afinal, você precisa se preparar para as provas e o (já) temido exame de Ordem que está à espreita lá no fim do curso... No meio daqueles trabalhos, provas, crianças querendo brincar, seminários, tarefas domésticas, semana jurídica, churrascos, não é que já haviam chegado as férias? Porém, no quarto ano o mundo desaba porque você passa a ter certeza de que não sabe nada! Descobri que era um sentimento generalizado. E quando você achava que não poderia ficar pior, sofri a perda não somente daquele que me deu a vida, mas também era meu amigo e conselheiro... Quase abandono o curso, não tinha mais cabeça pra nada, nem motivação pra estudar. Para vocês terem uma noção de como eu estava 'sem noção', um dia cheguei muito atrasado a uma aula... Aquele silêncio. O professor estava aplicando uma prova! Me recordo dele, muito compassivo, ciente de minha situação, me perguntar se eu queria fazê-la em outra ocasião. Todos os colegas me fitando, respondi que iria fazer a prova naquele momento, na raça. Não sei nem como terminei o ano.

Finalmente eu era veterano. O cérebro abarrotado de informação e além das preocupações de rotina, era hora de encarar a tese de conclusão de curso, sem falar no terrorismo sobre a OAB. Estudando dia e noite, terminei o curso e chegou o momento da bendita prova. Pra piorar, o exame nº 134, sob suspeita de fraude, foi postergado para o final de janeiro. Colação de Grau, festa de formatura e depois encarar as duas fases da OAB. Boa notícia: passei no bendito! Não cabia em mim de felicidade quando fui informado de que havia recebido um prêmio, o que me motivou a compartilhar estas reminiscências. A premiação "Universitário 5 estrelas" tem como objetivo incentivar o aluno a enriquecer o currículo ao longo de sua formação, visando oferecer ao mercado de trabalho um profissional com formação social integral, não apenas acadêmica. Os cinco alunos selecionados dentre as três turmas do Direito receberam um diploma que representa uma carta de referência do Centro Unisal e tiveram seus currículos disponibilizados no site da instituição. Para alguém que somente queria terminar os estudos, acredito ter ido bem além. Sonhar nunca é demais, pois como ensina um autor desconhecido, "o êxito na vida não se mede pelo que você conquistou, mas sim pelas dificuldades que superou no caminho".

Este espaço é dedicado a todos que queiram compartilhar suas histórias. Encaminhe seu texto para [jf-imprensa@jfsp.gov.br](mailto:jf-imprensa@jfsp.gov.br)

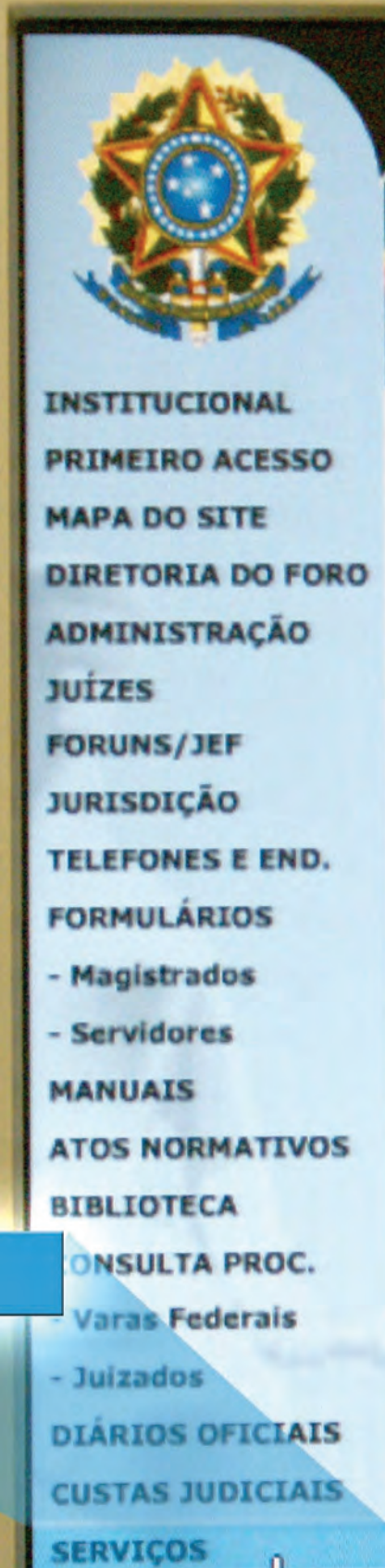
# INTRANET

- **acesse**
- **informe-se**
- **atualize-se**

Por este botão  
você tem acesso  
a todo conteúdo  
disponibilizado  
pelas diversas  
áreas da JFSP

DIVULGAÇÃO SOCIAL

**SERVIÇOS**



The image shows a screenshot of the JFSP Intranet menu. At the top is the coat of arms of the State of São Paulo. Below it is a list of menu items: INSTITUCIONAL, PRIMEIRO ACESSO, MAPA DO SITE, DIRETORIA DO FORO, ADMINISTRAÇÃO, JUÍZES, FORUNS/JEF, JURISDIÇÃO, TELEFONES E END., FORMULÁRIOS, MANUAIS, ATOS NORMATIVOS, BIBLIOTECA, CONSULTA PROC., DIÁRIOS OFICIAIS, CUSTAS JUDICIAIS, and SERVIÇOS. A mouse cursor is pointing at the 'SERVIÇOS' item at the bottom of the list.

INSTITUCIONAL  
PRIMEIRO ACESSO  
MAPA DO SITE  
DIRETORIA DO FORO  
ADMINISTRAÇÃO  
JUÍZES  
FORUNS/JEF  
JURISDIÇÃO  
TELEFONES E END.  
FORMULÁRIOS  
- Magistrados  
- Servidores  
MANUAIS  
ATOS NORMATIVOS  
BIBLIOTECA  
CONSULTA PROC.  
- Varas Federais  
- Juizados  
DIÁRIOS OFICIAIS  
CUSTAS JUDICIAIS  
SERVIÇOS

Intranet da J

Acesso Rápido

SE

Quad

Manual

Justiça em R

Gestã

02/07/2008 - A